

VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - abril de 2023 | Ano 2 | Edição 17 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita | Aedas



PROTOCOLO DE CONSULTA É DIREITO E CONQUISTA

DOCUMENTO ORIENTA SOBRE RESPEITO
A DEFINIÇÕES FEITAS PELOS POVOS E
COMUNIDADES DE TRADIÇÃO RELIGIOSA
ANCESTRAL DE MATRIZ AFRICANA (PCTRAMA)
NO PROCESSO DE REPARAÇÃO

Foto: Lucas Jerônimo

VOZES DA GENTE

Lideranças atingidas
das Regiões 1 e 2 reforçam
a importância da Assessoria
Técnica Independente

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Conheça a vivência
das meninas Alice Jolie e
Maria Cecília que participam
da ciranda da Aedas

pág. 04 e 05

CANTO DO RIO FUTEBOL CLUBE

Clube é referência de
projeto de esporte e
lazer em Brumadinho
há mais de 60 anos

pág. 08

CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

Atingidos constroem
propostas em
Conferências
Livres de Saúde

pág. 09

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE É DIREITO E CONQUISTA DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO

O direito à Assessoria Técnica Independente (ATI) foi recentemente garantido pela lei estadual nº 23.795/21, que instituiu a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB). Mas, no caso do rompimento da barragem B1 e soterramento das barragens B-IV e B-IV A da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, o direito à ATI foi assegurado em fevereiro de 2019, por meio de decisão judicial.

A população atingida, as Instituições de Justiça (IJs) e as ATIs estiveram em diálogo para seleção das assessorias em cada uma das cinco regiões da Bacia do Paraopeba. Em maio de 2019, a Aedas foi escolhida para assessorar as Regiões 1 (Brumadinho) e 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Matheus Leme – PCTRAMA).

Com a realização do acordo judicial, em fevereiro de 2021, e a destinação de valores para a reparação coletiva das pessoas atingidas, a atuação das ATIs se direcionou também para tal finalidade. No entanto, o objetivo da Aedas segue sendo assessorar as pessoas e as comunidades atingidas na luta pela reparação integral e justa.

Após quatro anos do rompimento da barragem as pessoas atingidas ainda estão lutando por seus direitos. O direito à Assessoria Técnica Independente ainda será



Em Encontro da Bacia, atingidos reafirmam a defesa das ATIs.

“

**A atuação das
Assessorias
promove a
participação
informada**

regulamentado, conforme também previsto na Política Estadual nº 23.795/21 (PEAB). Além disso, é uma conquista das pessoas atingidas e fruto da própria luta e mobilização social. A atuação das assessorias promove a participação informada e o assessoramento técnico qualificado de modo a reduzir a disparidade de forças com a empresa ré.

Expediente



A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Luis Henrique Shikasho
Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Flávia Gondim

Assessoria da Coordenação Institucional: Nina de Castro Jorge, Gabriela Cotta Rena

Coordenação Territorial: Iasmim Vieira, Vanderlei Martini

Coordenação de Comunicação: Elaine Bezerra, Diva Braga

Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Felipe Cunha, Lucas Jerônimo, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas | Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

www.aedasmg.org

CNPJ: 03.597.850/0001-07

www.aedasmg.org
(31) 9 9840-1487

atingidosparaopeba1@aedasmg.org
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

WhatsApp Aedas Paraopeba
Brumadinho - Região 1
Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos,
São Joaquim de Bicas - Região 2



VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela Reparação Integral. A coluna Vozes da Gente desta edição traz depoimentos das lideranças atingidas das Regiões 1 e 2 reforçando a importância do direito à Assessoria Técnica Independente para a garantia da participação informada e reconhecimento de danos no processo da reparação.

FERRAMENTA ESSENCIAL PARA PARTICIPAÇÃO

“ Como atingida da Região 2, vejo a importância da Assessoria Técnica como uma ferramenta essencial. Se nós não tivéssemos a Assessoria, não seríamos ouvidos. Se depender só da Vale, ficaremos a ver navios, com uma mão na frente e outra atrás. Sem a Aedas, não seríamos reconhecidos como atingidos.



ADEÍVA DA CONCEIÇÃO

Boa Esperança, São Joaquim de Bicas

POR NENHUM DIREITO A MENOS!

“ A ATI é importante ferramenta dos atingidos para o acesso à informação e à participação social na luta coletiva pela reparação integral. Tornou-se fundamental ferramenta contra a assimetria num processo no qual a Vale é a parte ré. A ATI é um direito conquistado pelos atingidos. A reivindicação agora é por nenhum direito a menos! Precisamos de uma Assessoria com compromisso popular, independência e boa qualidade no seu trabalho.



MARCO ANTÔNIO

Tejucó, Brumadinho



Participe do
Vozes da Gente!
Acesse o formulário
em nosso site e nos
envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente

UM BRAÇO DE LUTA E DEFESA

“ A Assessoria Técnica para nós é o braço que nós temos para ver os danos que nós tivemos no rio, na saúde. Tudo que é relacionado ao atingido, dependemos da presença da Assessoria Técnica. Sem a Matriz de Danos, nós não temos como comprovar nada contra uma empresa mineradora grande igual a Vale.



LÚCIO PEREIRA

Residencial Fhemig, São Joaquim de Bicas

EM DEFESA DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES

“ ATI é fundamental onde a indústria mineral está presente. Comunidades são submetidas à violações com a invasão de territórios. Essas situações evidenciam o racismo e a injustiça ambiental que grupos vulneráveis, como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, vivenciam ao longo da vida. O direito à ATI tem como objetivo atenuar a desigualdade de poder entre as mineradoras e as comunidades.



CAMILA LEAL

Casa Branca, Brumadinho



aedasmg.org | @aedasmg



■ ALICE JOLIE

- 9 ANOS
- MÁRIO CAMPOS

Alice Jolie mora com sua mãe e irmão. Está no quinto ano e já sonha em ser cientista na área de robótica que, para ela: “é para melhorar o mundo com as tecnologias”.

Para Alice, não há diferenças nas brincadeiras entre meninas e meninos: “na escola, todos pulam corda, jogam futebol”. Alice também faz jiu-jitsu, aula de violão, gosta de desenhar, andar de bicicleta, brincar na casa de árvore de sua tia e jogar videogame com seu irmão, com quem também divide igualmente pequenas tarefas domésticas.

Alice aprendeu que o dia das mulheres é uma data que visibiliza a luta das meninas e diz que “é importante ter essa data para relembrar tudo

ALICE NÃO É PEQUENA DEMAIS PARA FAZER A DIFERENÇA

que as mulheres já conquistaram. Antigamente, as mulheres não podiam dirigir e nem trabalhar e, hoje, elas podem fazer tudo isso. No mundo não existem regras dizendo que meninas não podem ser piloto de avião ou piloto de kart, elas podem ser o que elas quiserem.”

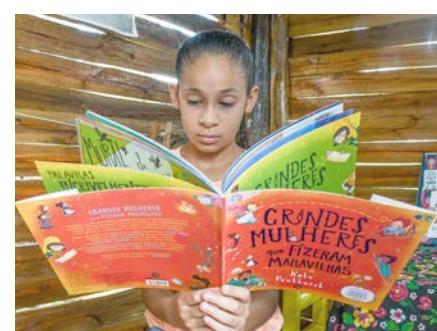
“

No mundo não existem regras dizendo que meninas não podem ser piloto de avião ou piloto de kart, elas podem ser o que elas quiserem

coisas podem ser mudadas. Motivada pela luta de sua tia, que perdeu seu único filho pelo rompimento, fez uma carta de protesto. Ela sempre lê o texto nos atos organizados pela Avabrum

no 25 de janeiro de cada ano.

Alice finaliza nosso bate-papo recitando o final da carta que está gravado em sua memória: “Vale assassina, Tuv Sud assassina também. Basta de impunidade. Justiça já!”



Texto e fotografias: Felipe Cunha

Nesta edição, conheça as histórias de Alice Jolie e Maria Cecília, o cotidiano e as vivências como meninas atingidas pelo rompimento. Elas também nos contam por que o mês de março é um mês tão importante para as mulheres.



MARIA CECÍLIA E A ESPERANÇA POR UM MUNDO MAIS BONITO

queria que tivesse um parquinho. "Faz muita falta aqui no bairro, porque aqui é muito solitário e não tem muito o que fazer".

Antes do rompimento, ela e sua família desciam para fazer piquenique na beira do rio Paraopeba. Hoje, devido ao comprometimento das águas e do solo, não tem mais essa segurança. "Ficamos com saudade de ir lá".

muitos lugares para as mulheres".

Aprendeu em seriados que mulheres podem dirigir caminhão ou serem mecânicas se quiserem, "as mulheres podem trabalhar e serem o que elas quiserem. Tem que ter liberdade."

Ainda assim, Maria Cecília prefere brincar com meninas na escola porque, segundo ela, "as meninas são mais fáceis de compreender na hora de falar, pois os meninos pensam em muitas bobagens."



“

Que elas corram atrás de seus sonhos e que aprendam muitas coisas, pois no mundo há muitos lugares para as mulheres



- MARIA CECÍLIA
- 11 ANOS
- SÃO JOAQUIM DE BICAS

Maria Cecília mora com sua mãe, pai, dois irmãos e um primo. Está no quinto ano e tem o sonho de ser médica.

Em seus tempos livres, Maria gosta de andar de bicicleta, fotografar as paisagens ao seu redor, brincar com terra e fazer "comidinhas" com ela, imaginando ter uma vendinha.

No quintal de sua casa há uma horta com couve, alface, menta, pimentinhas, coentro, mostarda, jiló, cenoura e beterraba. "Eu ajudo a regar a horta", enfatiza. E, acrescenta que: "A natureza é vida, se ficar sem ela, o mundo acaba, então, cuidem dela. Eu gostaria também que parassem as brigas no mundo e que tivesse menos poluição e lixo nas ruas."

No seu bairro, Maria Cecília

Maria Cecília estudou o Dia das Mulheres na escola e para ela, o dia reforça que "tem que respeitar todas as meninas; elas são muito importantes para o planeta. É importante ter essa data para lembrar o quanto as mulheres são guerreiras e fortes."

O recado que ela deixa para todas as meninas é que "elas corram atrás de seus sonhos e que aprendam muitas coisas, pois no mundo há



POVOS E COMUNIDADES DE TRADIÇÃO RELIGIOSA ANCESTRAL DE MATRIZ AFRICANA LANÇAM SEGUNDA EDIÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA

DIREITOS.

Protocolo garante o protagonismo dos PCTRAMA na luta pela Reparação Integral

Lucas Jerônimo

Os Povos e Comunidades Tradicionais de Religião Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) lançaram no dia 25 de março a segunda edição do Protocolo de Consulta Prévias, Livre e Informada. O documento é histórico pela sua importância no que diz respeito à garantia de direitos e protagonismo do povo atingido pelo rompimento da barragem da Vale.

Capitão Marombaia, Babá Evaldo, Mãe Daniele, Mãe Kellen, Ogan João Pio, Kota Kyalunde, Tata Ndengue Natal'ode e Capitã Pedrina (Kota Seji D'Anji) foram as lideranças que compuseram a mesa representativa das diversas comunidades da Região 2.

“
Acatar as diretrizes do Protocolo é fundamental em todas as instâncias

Centenas de pessoas participaram do encontro de lançamento que aconteceu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte. “Este é um momento em que nós reafirmamos o nosso poder de luta, quando apresentamos para a sociedade o resultado de muitas lutas. O Protocolo de consulta vem reafirmar isso, que nós estamos buscamos o que nos é de direito e nos foi tirado”, afirmou Capitã Pedrina.

No início da atividade, ainda do lado de fora do prédio da OAB, lideranças religiosas, ao som dos atabaques, conduziram cantos da religiosidade ancestral de matriz africana.

Logo depois, um cortejo de Reinado, acompanhado das ATIs como direito dos PCTRAMA,

pessoas presentes, percorreu o entorno da entrada até o interior da OAB, onde um café da manhã foi servido.

As atividades seguiram no interior do auditório e foram conduzidas pela Anaíse e pelo Babá Marcilio. Inicialmente, houve uma saudação às pessoas e organizações que contribuíram para a realização do lançamento ou que estavam presentes no evento, dentre estes, movimentos sociais, lideranças religiosas, órgãos públicos e Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), como a Aedas.

DIREITO E CONQUISTA

Em entrevista, Mãe Kellen de Ogum, da Umbanda em Betim, frisou o Protocolo como direito e uma conquista: “conforme já disposto na Constituição de 1988, nos é garantido o exercício dos nossos direitos culturais e religiosos. O protocolo de consulta veio para somar, para dar mais força para nossas lutas. Por exemplo, ele nos dá respaldo quanto a nossas tradições, ao respeito dos nossos calendários”, disse Mãe Kellen.



Da esquerda para a direita, compõem a mesa Mãe Kellen de Ogum, Tata Ndengue Natal'ode, Ogan João Pio, Mãe Daniele, Capitão Marombaia, Babá Evaldo, Kota Kyalunde, Capitã Pedrina (Kota Seji D'Anji).



Lucas Jerônimo



Lucas Jerônimo



Lucas Jerônimo



Lançamento aconteceu no auditório da OAB em Belo Horizonte, MG.

INÉDITO

Mãe Kellen disse ainda que as reivindicações dos PCTRAMA são parte de um todo, que diz respeito aos direitos de todas as pessoas atingidas. “Falar que está sendo boa [a reparação], principalmente no que diz respeito à demora e ações vindas dos compromisários, seria até errado da minha parte. A luta não está sendo fácil, mas também não seria luta se fosse fácil demais. Mas estamos no caminho certo, não vamos parar. Estamos a cada dia mais unidos, fortalecidos e organizados. Essa luta é por todos”, afirmou.

O Protocolo estabelece um conjunto de regras que devem ser seguidas pelas instituições, organizações e empresas que queiram entrar em contato com o PCTRAMA. Ao todo são 21 resoluções sobre como estes Povos e Comunidades

devem ser consultados.

A versão impressa do Protocolo de Consulta está sendo entregue nas comunidades atingidas e a versão digital pode ser acessada no site aedasmg.org .

Lucas Jerônimo



DIVERSIDADE

Outras lideranças presentes no lançamento do Protocolo também fizeram uso da palavra para manifestar comprometimento com as lutas dos PCTRAMA, como Fernanda Fortes, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Hélio Silva Junior, da Idafro, Fernanda Lage, presidente da Comissão de Apoio à Advocacia Popular da OAB, Isabela Dario, presidente da Comissão de Direito

“

Ele é resultado de lutas coletivas, uma construção por muitas mãos

e Liberdade Religiosa da OAB, Beatriz Cerqueira, deputada estadual do PT e a promotora Shirley Machado de Oliveira.

Também participaram: Maria Matuzinhos (Quilombo Rodrigues), Beatriz Borges (Aedas), Leila e Sávio (Nacab), Paula Oliveira e Pedro Henrique (Guaicuy) e Samuel da Silva (Cáritas).

E ainda, Gilvander Moreira (CPT-MG), Valeria (Renser), Luiza Dulci (gerente de projetos do Governo Federal), assessorias das deputadas estaduais Leninha (PT), Macaé Evaristo (PT), dos deputados federais Rogério Correia (PT) e Célia Xacriabá (PSOL), Duda Salabert (PDT) Marcelo Vilarino e Caroline Cordeiro Fernandes Machado (Ministério Público de Minas Gerais), Makota Kisandembu (Conselho de Igualdade Racial de BH) e Lucas Alvares (CAMF).

Lucas Jerônimo



Acompanhando cortejo de Reinado, os presentes seguem até o interior da OAB.

CANTO DO RIO FUTEBOL CLUBE BUSCA REPARAÇÃO DE DANOS E CONSTRUÇÃO DE NOVA CASA

PATRIMÔNIO. Com mais de 60 anos de atividade, o CRFC é uma referência de projeto de esporte e lazer



Há décadas, CRFC é símbolo de organização popular.

Lucas Jerônimo

São mais de 60 anos de história do Canto do Rio Futebol Clube, em Brumadinho, que se confunde com a história do próprio município. Uma coleção de títulos, formação de categorias de base e planos para o futuro interrompidos pelo desastre-crime que, também, terminou com a vida de jogadores, treinadores, diretores e torcedores do clube.

Depois do rompimento, o Clube fechou seus portões. Desde então, o CRFC tem enfrentado muitas dificuldades para se recuperar.

Recentemente, o time foi contemplado com um projeto aprovado pelo Comitê Gestor do Dano Moral Coletivo, pago a título de indenização social pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em 25/01/2019, que ceifou 272 vidas. De acordo com o presidente do CRFC,

“
O Clube é um patrimônio de Brumadinho

Alyson Costa, a previsão é de que seja construído um complexo esportivo com ginásio poliesportivo e campo de futebol. O Comitê que aprovou o projeto é composto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Advocacia Geral da União (AGU) e Avabrum.

RESISTÊNCIA

Em meados de 2020, mesmo em meio ao luto coletivo, o time voltou a ocupar o campo e o parque infantil. Contudo, não demorou muito para que enchentes levasssem, mais uma vez, lama contaminada ao local.



Acervo CRFC



Acervo CRFC



Enchentes recorrentes inundam campo do CRFC.

As enchentes fizeram as estruturas do vestiário masculino cederem e o local foi condenado pela Defesa Civil. Em setembro de 2021, houve mais uma tentativa de reativação do campo com mutirões de limpeza, execução de algumas obras e a retomada parcial de atividades.

Em dezembro do mesmo ano, já foi possível a realização da Copa dos Bairros com times de toda a cidade. Mas, bastou o próximo período de chuvas, em 2022, para que a água com lama de rejeito destruísse tudo outra vez. Na ocasião, o povo tentou diálogo com a Vale S/A algumas vezes, mas o mesmo foi negado pela mineradora. Em 2023, as enchentes voltaram a prejudicar o local.

PATRIMÔNIO

O Canto do Rio Futebol Clube foi fundado em 1962. O nome do clube faz alusão ao bairro Santo Antônio,

popularmente conhecido como Canto do Rio. O bairro fica ao lado do Rio Paraopeba.

O Clube é um patrimônio de Brumadinho e referência de projeto de lazer e esporte. Além disso, destaca-se a contribuição social do CRFC para crianças e jovens que fazem parte das categorias de base, início da formação para o futebol.

JUSTIÇA

O Canto do Rio move um processo judicial contra a Vale S/A e exige a reparação dos danos ao Clube, mas, apesar de já terem se passados mais de três anos, o processo está parado.

A diretoria do CRFC tem trabalhado para reverter a situação. O presidente da agremiação, Alyson Costa, destaca, emocionado, o objetivo maior da caminhada que feita até aqui: “Nossa missão é bem clara para a Diretoria [do clube], é fazer as pessoas voltarem a sorrir!”

PESSOAS ATINGIDAS PROPÕEM PROTOCOLO DE SAÚDE ESPECÍFICO NO SUS E FUNDO PAGO POR EMPRESAS

SAÚDE. Proposta prevê tratamento específicos no SUS para pessoas que vivem em áreas contaminadas

Valmir Macêdo

Em territórios atingidos pela Mineração, Conferências Livres de Saúde dos Atingidos e Atingidas vêm debatendo propostas para a saúde pública, entre elas, um protocolo específico para atendimento das pessoas atingidas no SUS.

Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) não possui um protocolo específico para pessoas atingidas por contaminação de grandes empreendimentos.

“Um protocolo de atendimento para pessoas que vivem áreas contaminadas, que dê acesso a exames e tratamentos especializados para os casos das pessoas onde já foi detectada a presença de metais acima do limite máximo permitido”, pontuou José Geraldo, do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB), que promoveu uma das conferências livres.

“ Criação de um fundo especial para que seja utilizado em casos de outros rompimentos



Valmir Macêdo

Plenária da 2º Conferência Livre de Saúde dos Atingidos e Atingidas do Brasil.

PROPOSTAS PARA A ESFERA ESTADUAL:

- Garantia da Segurança Hídrica e Soberania Alimentar das populações residentes em áreas atingidas por barragens;
- Garantia de Independência das Assessorias Técnicas com ampliação do escopo para que sejam mais efetivas na apresentação de resultados às demandas das pessoas atingidas, inclusive nos levantamentos de danos à saúde e nos estudos de avaliação de risco à saúde humana;
- Retorno as perícias de saúde da UFMG, com coleta de dados primários e devolutiva dos resultados das perícias já finalizadas para as pessoas atingidas.

PROPOSTAS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL:

- Construir protocolo de atendimento no SUS para atender às pessoas atingidas por barragens e/ou mineração, com inclusão de exames específicos para detecção de metais e outros elementos químicos, considerando toda a rede de profissionais de saúde, com investimento garantido. Devem ser estruturadas linhas de cuidados, inclusive mental, com plano de acompanhamento e tratamento, para atenção às populações atingidas pelo rompimento de barragens de rejeitos de mineração, garantindo as especificidades individuais e territoriais. Inclusão do item da condição de “pessoa atingida” na ficha de cadastro no serviço
- Capacitar os profissionais do SUS para atendimento das pessoas atingidas, além de disponibilização de todos os exames necessários para que seja feito um diagnóstico e tratamento adequado de forma rápida;
- Criação de um fundo especial pago por todas as empresas extrativistas em nível nacional, em caráter preventivo para que seja utilizado em casos de rompimento de outras barragens, inclusive com parte destinada ao SUS.



PRÓXIMAS ETAPAS

10^a Conferência Estadual de Saúde: 29 a 31 de maio de 2023

17^a Conferência Nacional de Saúde: 2 a 5 de julho de 2023

USINA SOLAR FOTOVOLTAICA FLUTUANTE: CONQUISTA DOS ATINGIDOS É REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO MINEIRO



Placa indica informações técnicas da Usina.

AUTONOMIA.

Projeto Veredas Sol & Lares lança a primeira experiência de gestão popular da geração distribuída de energia elétrica no Brasil e na América Latina

Da Redação

No dia 06 de março de 2023, entrou em operação a Usina Solar Fotovoltaica Flutuante (UFVf), primeira experiência de gestão popular da geração distribuída de energia elétrica no Brasil e na América Latina.

A Usina está situada na superfície do reservatório de água da Pequena Central Hidrelétrica de Santa Marta, localizada no município de Grão Mogol/MG. O empreendimento integra a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D D0632) Veredas Sol & Lares, que teve como entidades executoras a Associação Estadual de Defesa

Ambiental e Social (AEDAS), AXIOM, EFFICIENTIA/CEMIG SIM e PUC-MINAS. A experiência também conta com as parcerias do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri -UFVJM) e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Araçuaí. O recurso aportado ao projeto foi da CEMIG, através do P&D ANEEL.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Constituída de uma ilha flutuante de 3.070 módulos solares fotovoltaicos, tem capacidade de geração de 1,2 megawatts pico.

Parte da energia produzida será distribuída para aproximadamente 1.250 unidades consumidoras, através da seleção de famílias de baixa renda, localizadas



Usina Solar Fotovoltaica Flutuante (UFVf) no município de Grão Mogol/MG.

em 21 municípios do semiárido mineiro. As famílias terão a redução da fatura de energia elétrica, por meio de um sistema de compensação. Outra parte da geração de energia será destinada a parcerias para garantir a viabilidade econômica, a operação e a manutenção da UFVf.

AUTONOMIA E GESTÃO COLETIVA

Foi constituída a Associação Estadual de Prossumidores de Geração Distribuída de Minas Gerais - Vereda Sol & Lares, figura jurídica que permitirá que as famílias atingidas possam realizar a gestão popular e coletiva da usina.

PROSSUMIDOR termo se refere a junção de quem produz (produtor) e ao mesmo tempo consome (consumidor) a energia elétrica que será gerada.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E REPARAÇÃO

A experiência reflete a importância do processo de organização e participação de famílias atingidas no vale do Jequitinhonha e região do Rio Pardo pela implementação de ações de reparação a danos sofridos e historicamente negligenciados.

“Incorporar usinas fotovoltaicas flutuantes na matriz brasileira, com objetivo de compensar a energia consumida por famílias de baixa renda, promovendo a auto-organização e participação,

configura uma grande inovação e proposta de replicação do Projeto”, afirma Luis Henrique Shikasho, que integra a Coordenação de Projetos da Aedas.

O Projeto envolveu a participação de 5.936 pessoas em, pelo menos, 426 atividades de campo desenvolvidas pelo projeto. Somente em 2022, foram mais de 2.700 pessoas em 154 reuniões. A metodologia permitiu que 69% das participantes fossem mulheres, a partir da realização de metodologias populares do MAB, como as Arpilleras.

ARPILLERAS é uma metodologia de participação social que envolve costura e bordado em tecido, onde se externalizam as situações vivenciadas no cotidiano pelas mulheres.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E FORMAÇÃO DE JUVENTUDES

O processo de desenvolvimento do P&D incluiu capacitação com as juventudes, como pesquisadores e pesquisadoras. As atividades formativas incluíram quatro módulos entre 2018 e 2020, divididos entre tempo comunidade e tempo escola, possibilitando a apropriação de conceitos como atingidos por barragens, povos e comunidades tradicionais (povos geraizeiros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos), pesquisadores populares, questão energética e o desenvolvimento regional em uma visão de bacia hidrográfica.

O projeto traduz, na prática, um exemplo significativo do conjunto de ações e iniciativas organizadas por entidades, sindicatos e movimentos sociais na edificação de um Projeto Energético Popular.



COMISSÃO EXTERNA PAUTA DIREITO À ATI

No último dia 10 de abril, ocorreu uma reunião das Comissões Externas sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação com as Instituições de Justiça (IJS), as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) e representações dos atingidos na sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A pauta discutida foi a atuação das assessorias técnicas independentes (ATIs), em especial, o tema do corte do orçamento das ATIs que atuam na execução do Acordo de Brumadinho. Em nota, o MPMG informa que vai “avaliar a questão com vistas à solução do problema orçamentário das ATIs”.

Uma nova reunião será realizada entre as Instituições de Justiça, as Comissões Externas Parlamentares e as ATIs para apresentar o resultado da avaliação.

Veja a nota na íntegra no site do Ministério de Público de Minas Gerais.

FALAR SOBRE DIREITOS NA LINGUAGEM DAS CRIANÇAS



Valmir Macêdo

Crianças em momento de leitura durante a Ciranda.

DIA DO LIVRO INFANTIL. Ciranda abre caminhos de escuta e expressão por meio da leitura

Valmir Macêdo

A história de três crianças Aquilombolas que, juntas, trazem respostas para um problema na comunidade. Um girassol que, depois de conversar sobre suas emoções tristes, volta a ter cor em suas pétalas. Esses são exemplos de como, por meio da contação de histórias, é possível falar e refletir com as crianças sobre diferentes realidades, e os sentimentos de viver em um contexto de rompimento de barragem.

“Dara e Luiz: salvando o dia” e “O girassol Amarelinho Amarelão” são histórias e personagens que aparecem nos espaços da Ciranda e abrem caminhos para ajudar as crianças atingidas na observação, reflexão e memória

“

Criar histórias para dialogar com o tema específico da Reparação Integral

sobre os acontecimentos.

“Na Aedas, na assessoria, se trabalha com assuntos bem específicos, bem inéditos, que praticamente não havia livros infantis falando daquele tema. Então, a gente sentiu a necessidade de criar histórias para dialogar com o tema específico da reparação integral. A gente sempre usa a analogia para fazer essa aproximação do tema”, explica Dheimes Moura, pedagogo na Aedas Paraopeba e autor das histórias.

O 18 de abril é o Dia Nacional do Livro Infantil e nele é celebrado a literatura infantil do Brasil. A data foi criada pela Lei no 10.402, de 8 de janeiro de 2002.

Confira as histórias “Dara e Luiz: salvando o dia” e “O girassol Amarelinho Amarelão” no site da Ciranda. Acesse aedas-mg.org/ciranda.

Além dos contos autoriais, a Ciranda resgata histórias como “O rio dos jacarés”, do autor Gustavo Roldán, “Meu Bairro É Assim” de César Obeid e “Meu crespo é de rainha” da autora Bell Hooks.

Reprodução FGV



NOVAS POLIGONais DO PTR NA REGIÃO 2

Foi divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a delimitação de novas poligonais para a inclusão de pessoas que fizeram o cadastramento do Programa de Transferência de Renda (PTR). As comunidades contempladas nessa nova lista de poligonais, divulgada no mês de março, estão localizadas nas cidades de Mário Campos e São Joaquim de Bicas. A lista completa você confere no site da FGV (ptr.fgv.br).

Comitê Pró-Brumadinho



OBRAS DE REVITALIZAÇÃO EM BRUMADINHO

A primeira fase do projeto “Requalificação de Centros Urbanos”, executado por meio do Acordo de Reparação aos danos provocados pelo desastre-crime, prevê 06 obras em Brumadinho. Entre as ações com início autorizado, estão a revitalização da entrada da cidade, a criação de ruas compartilhadas em Casa Branca e em Piedade do Paraopeba, a revitalização do Mirante do Cruzeiro em Conceição de Itaguá e a criação de espaço integrado em Aranha.

CONFERÊNCIAS LIVRES DE saúde

Pessoas atingidas pela mineração debatem propostas para a saúde pública, entre elas um protocolo específico para atendimento no SUS.

**Participação popular rumo às
Conferências Estadual e Nacional de Saúde.**

